REDE

CORRETORES DE SEGUROS

RELATÓRIO E CONTAS

ANO 2022

Índice

1. O Mercado Segurador 4
2. A Orgânica da Empresa 5
3. Evolução de Negócios 6
4. Perspetivas para o Ano de 2023 6
5. Proposta de Aplicação de Resultados 6
6. Documentos Legais 7
7. Balanço 8
8. Demonstração de Resultados 10
9. Informações Adicionais ao Balanço e Demonstração de Resultados 12
10 Relatório de Gestão 24
11 Relatório e Parecer do Fiscal Único 31
12 Certificação Legal de Contas 36

Nota Introdutória

No seguimento do previsto no Contrato de Sociedade e com as disposições legais aplicáveis de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Administração da REDE-Corretores de Seguros, S.A., vem, por este meio, colocar á consideração da Assembleia Geral e dos seus respetivos Acionistas, os seguintes documentos:

- ✓ Relatório de Gestão, relativo ao ano económico de 2022;
- ✓ Proposta de aplicação do Resultado Líquido do Período.

1. O Mercado Segurador

Tal como no ano de 2021, no ano de 2022 o mercado segurador nacional continua a passar por diversas e profundas alterações não apenas fruto da legislação Solvência II e da introdução da Diretiva de Distribuição de Seguros, mas também decorrente do impacto da pandemia Sars-Cov2 que se iniciou em Março de 2020 e ainda se reflete. A acrescer o inicio da guerra entre a Ucrânia e a Rússia, que ocorreu no dia 24 de fevereiro de 2022.

Contudo, o mercado segurador, apesar das dificuldades, é um mercado resiliente e com forte capacidade de adaptação alicerçando as suas mudanças e novas oportunidades de negócio, com base nas novas tecnologias.

2. A Orgânica da Empresa

A administração da nossa empresa, congratula-se que, apesar das dificuldades, no ano de 2022 aumentou o seu crescimento face aos crescimentos verificados de anos transatos, tendo o ano de 2022 sido o melhor ano a nível de receita.

Durante o ano de 2022, a empresa optou por não realizar qualquer investimento relevante.

A nossa empresa continua apostada em melhorias continuas, focando-se, tal como em anos anteriores, em 3 pilares: elevada formação técnica dos seus colaboradores; serviço personalizado; e soluções adaptadas ao cliente.

3. Evolução de Negócios

A empresa tem trabalhado fortemente na prospeção para a angariação de novos clientes.

4. Perspetivas para o Ano de 2023

Independentemente das dificuldades do mercado e apesar da contração da economia, decorrente do inicio da guerra na Europa entre a Ucrânia e a Rússia, prosseguindo a estratégia que temos implementada, perspetivamos ainda assim um ano de 2023 em crescimento, portanto melhor que o verificado em 2022.

5. Proposta de Aplicação de Resultados

No ano fiscal de 2022, a empresa apresentou resultados negativos no valor de 108.000,14 euros, decorrente de aumento de custos e reconhecimento de imparidades. Valor a ser aplicado em Resultados Transitados.

6. Documentos Legais

Em comprimento do disposto no art.º 66 do Código das Sociedades Comerciais, a administração da sociedade informa que:

- A sociedade não detém quaisquer sucursais;
- Não existiram quaisquer aquisições e/ou alienações de Ações Próprias.
- A Sociedade não é devedora de qualquer montante referentes á Segurança Social ou de quaisquer outros impostos;
- Deste o termo do exercício económico do qual reflete este relatório, até á presente data, está em curso uma alteração total da estrutura acionista da empresa;

7. Balanço

REDE CORRETORES DE SEGUROS, SA

BALANÇO INDIVIDUAL
DEZEMBRO 2022

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	EXERCÍCIOS	
		2022	2021
ATIVO			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis		2,22	121,41
Ativos intangíveis		1 680,00	2 000,00
Investimentos Financeiros		1 203,42	946,60
Créditos e outros ativos não correntes			
		2 885,64	3 068,01
Ativo corrente:			
Inventários			
Clientes			80 569,31
Estado e outros entes públicos		258,04	648,31
Capital subscrito e não realizado			
Diferimentos		259,38	240,21
Outros ativos correntes			282 525,62
Caixa e depósitos bancários		12 293,13	520,29
		12 810,55	364 503,74
Total do Ativo		**15 696,19**	**367 571,75**
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital subscrito		50 000,00	50 000,00
Outros instrumentos de capital próprio			
Reservas legais		7 487,41	7 458,39
Outras reservas		114 330,51	114 330,51
Resultados transitados		(137 763,21)	167 359,67
Outras variações no capital próprio			
Resultado líquido do período		(108 000,14)	580,48
Total do capital próprio		**(73 945,43)**	**339 729,05**
Passivo			
Passivo não corrente:			
Provisões			
Financiamentos obtidos			30,38
Outras dívidas a pagar			
			30,38
Passivo corrente:			
Fornecedores		14 676,63	23 030,99
Estado e outros entes públicos		6 834,05	4 781,33
Financiamentos obtidos			
Diferimentos			
Outros passivos correntes		68 130,94	
		89 641,62	27 812,32
Total do passivo		**89 641,62**	**27 842,70**
Total do Capital Próprio e do Passivo		**15 696,19**	**367 571,75**

8. Demonstração de Resultados

REDE CORRETORES DE SEGUROS, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS (Modelo para ME)

De Janeiro até Dezembro

Montantes expressos em EURO

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
RENDIMENTOS E GASTOS			
Vendas e serviços prestados		195 360,94	174 445,06
Subsídios à exploração		987,32	2 435,06
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		(112 319,35)	(86 531,98)
Gastos com o pessoal		(68 865,88)	(82 207,56)
Imparidade (perdas/reversões)		(112 123,97)	
Provisões (aumentos/reduções)			
Outros rendimentos		,20	348,22
Outros gastos		(6 046,97)	(6 755,60)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(103 007,71)	1 733,20
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		(439,19)	(551,82)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(103 446,90)	1 181,38
Gasto de financiamento (líquidos)			(34,07)
Resultado antes de impostos		(103 446,90)	1 147,31
Imposto sobre o rendimento do período		(4 553,24)	(566,83)
Resultado líquido do período		**(108 000,14)**	**580,48**

A Gerência: _____

O Contabilista certificado: _____

9. Informações Adicionais ao Balanço e Demonstração de Resultados

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

ANEXO ÁS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1- Identificação da entidade

Identificação geral

A empresa REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A., NIF.506255360, é uma SOC. ANÓNIMA, constituída em setembro de 2002 e tendo sido transformada em sociedade anónima em Agosto de 2013, tem a sede em Paredes, exercendo a atividade de corretagem e mediação de seguros.

Encontra-se registada na Conservatória do Registo Comercial de PAREDES, sob a Matricula n.º 506255360 e com o Capital Social de 50.000 euros.

Comparabilidade entre exercícios

As quantias relativas ao período de 2022, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas de forma consistente com o período corrente, sendo comparáveis com as quantias do período de 2021.

2-Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

Enquadramento

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as disposições do Norma Contabilística para Microentidades adotada em Portugal através do Sistema de Normalização. As contas foram preparadas no pressuposto da continuidade e do acréscimo, tendo como principal base de mensuração o custo histórico.

3- Principais políticas contabilísticas

Bases de mensuração usadas na preparação das DF

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

a) Investimentos Financeiros

A mensuração inicial dos Investimentos financeiros baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

b) Ativos fixos tangíveis:

A mensuração inicial dos ativos fixos tangíveis baseou-se no método do custo. A mensuração subsequente baseou-se no modelo do custo.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 e do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o respetivo bem entrou em funcionamento.

c) Contratos de locação financeira:
Os ativos adquiridos mediante contratos de aluguer de longa duração são contabilizados pelo método operacional, pelo que as rendas constituem gastos do exercício a que dizem respeito, não se relevando na situação patrimonial da Empresa o valor desses bens e a respetiva responsabilidade pelas rendas vincendas.

d) Dívidas de terceiros:
As dívidas de terceiros são registadas ao custo e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas de imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

e) Dívidas a terceiros:
As dívidas a terceiros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar à liquidação, cancelamento ou expiração.

f) Caixa e depósitos bancários:
Os montantes incluídos na rubrica "caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, e depósitos à ordem que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

g) Regime do acréscimo:
Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rúbricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

h) Rédito:
O rédito relativo às prestações de serviços decorrentes da atividade ordinária da empresa, é reconhecido pelo seu justo valor, entendendo-se como tal o que é livremente fixado entre as partes contratantes numa base de independência.

i) Imposto s/ rendimento do período:
Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização de impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O Euro é a moeda funcional e de apresentação.

Outras políticas contabilísticas relevantes

Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com principais princípios contabilísticos aceites em Portugal.

Principais fontes de incerteza das estimativas

As estimativas de valores futuros que se justificaram reconhecer nas demonstrações financeiras refletem a evolução previsível da empresa no quadro das informações disponíveis à data, não sendo previsível qualquer alteração significativa deste enquadramento a curto prazo que possa pôr em causa a validade destas estimativas.

Juízos de valor

Na preparação das presentes demonstrações financeiras não foram utilizados juízos de valor que afetaram a aplicação de políticas contabilísticas bem como as quantias reportadas de ativos e passivos.

4- Fluxos de Caixa

Enquadramento

Não aplicável a esta empresa, face a ser Microentidade.

Saldos significativos não disponíveis para uso

Todos os saldos de caixa e seus equivalentes estão disponíveis para uso.

Desagregação dos valores inscritos de caixa e depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2020, o saldo de caixa e seus equivalentes que inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis, detalha-se como segue:

	2021	2022
Caixa	258,44€	1.556,37€
Depósitos à ordem	261,85€	10.736,76€
Total	**520,29€**	**12.293,13€**

5- Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não foram alteradas políticas contabilísticas relevantes nem foram encontrados erros materialmente relevantes que afetassem as demostrações financeiras.

Alterações em estimativas contabilísticas e erros com efeitos materiais

Durante o período não ocorreram alterações materiais às estimativas contabilísticas efetuadas nos períodos apresentados. Adicionalmente, não foram detetados ou reconhecidos quaisquer erros materiais.

6- Ativos fixos tangíveis

Divulgações gerais

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros dispêndios diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida.

As depreciações destes ativos são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas máximas do Decreto Regulamentar 2/90 de 12 de Janeiro para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 e do Decreto Regulamentar 25/2009 de 14 de Setembro para bens adquiridos após 1 de Janeiro de 2010, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens.

O processo de depreciação inicia-se no começo do mês em que o bem entrou em funcionamento.

Durante o período do ano fiscal de 2022, não existiram movimentos relevantes nesta rubrica senão apenas as respetivas amortizações.

7- Locações

Divulgações gerais

A classificação das locações em locação financeira ou locação operacional é feita em função da substância do contrato e não da sua forma.

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo subjacente. Se tais condições não se verificarem, as locações são classificadas como locações operacionais.

O valor dos bens adquiridos por meio de um contrato de locação financeira é registado no balanço como ativo e a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos".

Os juros pagos e as depreciações dos ativos são registados na demonstração dos resultados no período a que respeitam, em juros e gastos similares suportados e em gastos de depreciação, respetivamente.

No contrato de locação operacional o valor dos pagamentos efetuados é registado em gastos do período, numa base linear e durante o período do respetivo contrato, e reconhecidos na demonstração dos resultados.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

Locações operacionais

A empresa possuiu em vigor, desde Setembro de 2019 e durante 5 anos, um contrato de locação operacional, no qual as rendas pagas, são registadas em gastos do período.

8- Custos de empréstimos obtidos

Divulgações gerais

Os custos incorridos com empréstimos obtidos encontram-se geralmente reconhecidos em gastos de financiamento do período, de acordo com o regime do acréscimo.

Excetuam-se os custos com empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis, cujo período de tempo para ficarem disponíveis para uso é considerável, que são capitalizados como parte desse ativo.

A capitalização dos encargos financeiros tem início no momento em que se iniciam os dispêndios com o ativo e termina quando tal ativo está disponível para uso.

Quantia de custos de empréstimos obtidos capitalizada durante o período e taxa de capitalização

No período a empresa não tem em curso a construção de quaisquer ativos fixos tangíveis, logo não capitalizou quaisquer gastos de financiamento.

9- Investimentos Financeiros noutras entidades

Contabilização inicial e subsequente

A entidade detém uma participação no fundo de compensação do trabalho cujo o valor de mercado a 31 de dezembro de 2022 é de 1.103,42€.

10- Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito das prestações de serviços que se iniciam e terminam no mesmo período de relato é reconhecido na data da conclusão do serviço. Quando a prestação de serviços transita de um período para outro, o reconhecimento do rédito, na data de relato, é calculado com base na fase de acabamento, determinado com base nos custos incorridos face aos custos totais previstos.

O reconhecimento do rédito das prestações de serviço depende da mensuração com fiabilidade do desfecho da transação, o qual se considera verificado nas seguintes condições, cumulativas:

- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos fluam para a entidade;
- A fase de acabamento possa ser fiavelmente mensurada.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

	2021	2022
Venda de mercadorias		
Venda de produtos		
Prestação de serviços	174.445,06	195.360,94
Subsídios Exploração	2.435,06	987,32
Juros	348,22	0,20
Dividendos		
Total	177.228,34	196.348,46

11- Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Passivos contingentes

No final de 2022, a empresa apresentava os seguintes passivos contingentes:

Garantia bancária a favor do Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões.

Garantias prestadas

As garantias emitidas a favor de terceiros, no final de 2022, eram as seguintes:

	Beneficiário	Descrição	2021	2022
Novo Banco	ASF	Garantia bancária	18.760,00	18.760,00

12- Acontecimentos após a data do balanço

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os acontecimentos após a data do balanço que são indicativos de condições surgiram após a data de relato não dão lugar a ajustamentos às quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras, sendo divulgadas se forem considerados materiais.

As demonstrações financeiras para o exercício de 2022 foram aprovadas pela Administração e autorizadas para emissão em 31 de Março de 2023.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas nos termos da legislação comercial e societária em vigor em Portugal.

Desde o término do ano fiscal até á data presente dar nota que está em curso um processo de alteração total da estrutura acionista da empresa.

Dar também nota que, devido á guerra bélica em plena Europa entre a Rússia e a Ucrânia, por invasão da primeira, este acontecimento tem tido forte impacto na económica á escala global e, por isso, também em Portugal, principalmente devido a sucessivos aumentos de preços de combustíveis e fundamentalmente aumento em escalada de vários bens de consumo de 1ª necessidade.

Porém, apesar de existir toda esta incerteza diária, é parecer da Administração que poderão também e igualmente surgir oportunidades de negócio, pelo que a empresa está otimista.

13- Impostos sobre o rendimento

Divulgações gerais

O imposto sobre o rendimento reconhecido nas demostrações financeiras resulta da soma dos impostos correntes e dos impostos diferidos. O gasto (rendimento) de imposto, corrente e diferido, é registado em resultados, salvo quando se relacionam com itens registados no capital próprio. Situação em que os impostos correntes e os impostos diferidos são igualmente registados no capital próprio.

O imposto corrente é calculado com base nos respetivos resultados tributáveis, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede da empresa vigentes à data do balanço.

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscais e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

O resultado tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis ou apenas serão dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros.

São geralmente reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

São reconhecidos ativos por impostos diferidos unicamente quando se verifica que existem expetativas razoáveis de lucros tributáveis futuros suficientes para utilizar esses ativos ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expetável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos possam ser utilizados.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função das expectativas quanto à sua utilização futura.

Os impostos diferidos são calculados à taxa que se espera que vigore no período em que se prevê que o ativo ou o passivo seja realizado, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que esteja formal ou substancialmente emitida na data de relato. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

A empresa encontra-se sujeita a imposto sobre o lucro em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 17%, sendo a Derrama fixada a uma taxa máxima de 0,5% do lucro tributável, conforme definido para o concelho.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais podem ser sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da empresa dos últimos 3 anos, além da atual, poderão vir ainda ser sujeitas a revisão, não sendo expectável contudo que, de tais revisões, resultam correções materiais às presentes demonstrações financeiras.

14- Instrumentos financeiros

Políticas contabilísticas

A empresa reconhece um ativo financeiro, um passivo financeiro ou um instrumento de capital próprio apenas quando se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento financeiro.

Os instrumentos de capital próprio são reconhecidos no capital próprio quando a entidade emite tais instrumentos e os subscritores fiquem obrigados a entregar dinheiro ou outro recurso em troca dos referidos instrumentos.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados: ao custo ou custo amortizado; ou ao justo valor, com as alterações do justo valor reconhecidas em resultados.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela própria entidade são mensurados pelo dinheiro recebido ou pelo justo valor dos recursos recebidos.

À data de cada relato, a empresa avalia a existência de eventuais imparidades nos ativos financeiros mensurados ao custo ou custo amortizado. Se existir uma evidência objetiva de imparidade a empresa reconhece uma perda por imparidade.

Contas a receber / Investimentos financeiros

Os saldos de clientes e outras contas a receber estão mensurados ao custo ou custo amortizado menos quaisquer perdas por imparidade. Se é expectável que a sua cobrança ocorra dentro de um ano ou menos, são classificadas como ativo corrente. Caso contrário são classificadas como ativo não corrente.

As contas a receber classificadas como ativo corrente não têm implícito juro e são apresentadas pelo respetivo valor nominal deduzidas de perdas por imparidade, calculadas com base no risco de cobrabilidade e na antiguidade.

As contas a receber classificadas como ativo não corrente são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade procede-se ao registo da mesma.

As perdas por imparidade são calculadas com base na antiguidade das contas a receber ou qualquer outra evidência que indique qua a quantia, total ou parcial, não venha a ser recuperada. As perdas por imparidade identificadas são registadas

por contrapartida de resultados, sendo revertidas também por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos nas rubricas de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeito da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de "Caixa e seus equivalentes" é deduzida dos descobertos bancários incluídos no balanço na rubrica de "Financiamentos obtidos".

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de "Outras contas a pagar".

Contas a pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

Instrumentos de capital

Os custos com a emissão de novas ações são reconhecidos diretamente em capital como dedução à quantia inscrita no capital próprio.

Os custos com uma emissão de capital próprio que não se concluiu são reconhecidos como gasto.

As ações próprias são reconhecidas pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas com a sua alienação são igualmente reconhecidos em capital próprio não afetando o resultado do período.

Clientes e outras contas a receber

Clientes

A quantia escriturada de clientes, no período findo em 2021 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

	2021	2020
Clientes c/corrente gerais	80.569,31	0,00
Clientes Tit. Receber gerais		
Clientes de Cob. Duvidosa		
Imparidades acumuladas		
Total	80.569,31	0,00€

Financiamentos obtidos

No período findo em 2021 e 2022, a entidade apresentava os seguintes saldos de financiamentos obtidos:

	2021	2022
Não corrente		
Empréstimos bancários		
Locação financeira		
Corrente		
Empréstimos bancários		
Locação financeira		
Total	0,00€	0,00€

Fornecedores e outras contas a pagar

A quantia escriturada de fornecedores, no período findo em 2021 e 2022, apresentava os seguintes saldos:

	2021	2022
Fornec. c/corrente gerais	36.515,10	14.676,63
Fornec.tit. pagar gerais		
Total	36.515,10	14.676,63

Instrumentos de capital próprio emitidos

No final de 2022, o capital social da empresa encontrava-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 10 000 ações nominativas, com o valor nominal de cinco euros cada uma.

A quantia escriturada de instrumentos de capital próprio empresa no final de 2021 e 2022 apresentava o seguinte detalhe:

	2021	2022
Capital Social	50 000	50 000
Ações próprias		
Valor nominal		
Prémio		
Outros instrum. de cap. próprio		
Total	50 000	50 000

15- Benefícios dos empregados

Divulgações gerais

Os benefícios dos empregados incluem os encargos suportados pela entidade com os seus trabalhadores.

Os benefícios dos empregados são reconhecidos como gasto da entidade no período em que os correspondentes serviços são prestados.

O direito às férias e subsídio de férias dos empregados vence-se no final de cada ano, sendo pago no período seguinte. No entanto, o gasto correspondente é reconhecido no período em que se venceram e o serviço foi prestado por contrapartida de outras contas a pagar.

As gratificações a título de participação nos lucros são reconhecidas em gastos com o pessoal no período em que os lucros são gerados se houver uma convicção forte de que as mesmas vão ser aprovadas na Assembleia Geral de Acionistas.

Benefícios curto prazo

Os benefícios dos empregados reconhecidos na demonstração dos resultados são exclusivamente benefícios de curto prazo. Também não existem benefícios de cessação de emprego.

O número médio de empregados da empresa em 2022 foi de 3.

REDE

CORRETORES DE SEGUROS

16- Divulgações exigidas por diplomas legais

Outras informações

Proposta de aplicação de resultados

No ano fiscal de 2022, a empresa apresentou resultados negativos no valor de 108.000,14 euros, a serem revertidos para Resultados Transitados.

Dívidas ao setor público

Informa-se que a empresa à data de encerramento das contas do período de 2021 tem a sua situação "*regularizada*" perante a Segurança Social, tal como relativamente à Administração Tributária, não existindo, por isso, qualquer dívida em mora ao estado e outros entes públicos.

Divulgações adicionais

Prestação do serviço de mediação de seguros ou de resseguros (Norma regulamentar da ASF n.º 15/2009R de 12 de janeiro de 2010) elaborado em anexo.

A Administração

A Contabilista Certificada

10 Relatório de Gestão

REDE – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Relatório de Gestão

EXERCÍCIO DE 2022

Introdução

Em conformidade com o que está preceituado no pacto social e nos termos das disposições aplicáveis pelo Código das Sociedades Comerciais, a Administração da REDE - CORRETORES DE SEGUROS, S.A. submete à apreciação da Assembleia Geral da Sociedade o Relatório de Gestão referente ao Exercício de 2022

Evolução da atividade da empresa

O ano de 2022 iniciou-se bastante pujante, com angariação de novos clientes e de novos negócios, criando-se bastante dinamismo comercial, perspetivando-se, nos primeiros dois meses do ano, um ano excelente para a empresa.

Contudo, o inicio da guerra em plena Europa, entre a Rússia e a Ucrânia, criou uma grande incerteza e instabilidade nos mercados e nos consumidores (empresas e particulares) tanto mais que a Ucrânia era uma das principais exportadoras mundiais de cereais e de aço, bens, cada um, de extrema importância. Em face da guerra, assistiu-se e ainda se assiste, a uma escalada transversal dos preços de muitos bens, principalmente de bens alimentares.

Aumento também, considerável, das taxas de juros de créditos, que influenciam o orçamento e a gestão de tesouraria das famílias e o negócio das empresas.

Decorrente do exposto no parágrafo anterior, o crescimento da empresa abrandou face ao inicio do ano. O crescimento continuou sim, mas a ritmo mais baixo.

Apesar das dificuldades, no seguimento de estratégia delineada há já algum tempo, a Administração da empresa tinha como objetivo continuar o seu crescimento a dois dígitos, tendo-o conseguido também no ano transato de 2022.

Porém, apesar de aumento dos proveitos, os custos também aumentaram fortemente, tendo levado a que os resultados obtidos pela empresa no último exercício tenham sido negativos.

Prevê-se um ano de 2023 de estabilidade na estrutura de custos e de continuidade no crescimento.

Análise da situação económico-financeira da empresa

A situação comparada dos vários indicadores da empresa apresenta-se no quadro seguinte*(valores em euros)*:

	2022	2021
Comissões	195.360,94€	174.445,06€
Resultado antes de impostos	(103.446,90)€	1.147,31€
Resultado líquido	(108.000,14)€	580,48€
Ativo corrente	12.810,55€	417.621,70€
Ativo não corrente	2.885,64€	3.068,01€
TOTAL DO ACTIVO	15.696,19€	420.689,71€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	(73.945,43€	339.729,05€
TOTAL DO PASSIVO	(89.641,62€	80.960,66€
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO	15.696,19€	420.689,71€

Análise da situação económico-financeira da empresa

O exercício de 2022 foi influenciado, fundamentalmente, por 3 situações:

1) Aumento das comissões auferidas, de 174.445,06€ em 2021 para 195.360,94€;

2) Aumento da Rubrica Fornecimentos e Serviços Externos de 86.531,98€ em 2021 para 112.319,35€ em 2022;

3) Criação de Imparidades no valor de 112.123,97€

Recursos Humanos

No que se refere à evolução dos efetivos, em inicio de 2022, a empresa possuía 3 colaboradores, tendo findado o ano com 4 colaboradores.

Condições do Mercado

Vemos todas as mudanças como sendo para melhoria da profissão tendo a pandemia mudado a forma como vemos determinados negócios e como nos readaptamos.

Investimentos

No ano de 2022 não houve qualquer investimento relevante realizado pela empresa.

Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício

Á data do presente relatório a empresa está em processo de alteração total da sua estrutura acionista.

Evolução previsível da atividade

Apesar da previsível alteração de estrutura acionista, considera-se que a empresa possui os recursos humanos e tecnológicos adequados para fazer face ao desejável continuidade e crescimento do seu negócio.

Proposta de aplicação de resultados

No ano fiscal de 2022, a empresa apresentou resultados negativos no valor de 108.000,14 euros, a serem aplicados em Resultados Transitados.

Nota final

Ás Empresas, Entidades e Público em Geral que nos honraram com a sua preferência, em especial num ano social e economicamente tão atípico, agradecemos a confiança depositada, que constituiu importante incentivo e compensação pelos esforços empreendidos por quantos trabalham nesta Empresa.

A todos os trabalhadores que contribuíram para o desempenho da empresa, com o seu profissionalismo e dedicação, a Administração expressa o seu agradecimento.

Paredes, 31 de Março de 2023

12 Certificação Legal de Contas

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de REDE-Corretores de Seguros, S.A. (a Entidade), que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2022 (que evidencia um total de 15.696,19 euros e um total de capital próprio negativo de 73.945,43 euros, incluindo um resultado líquido negativo em 108.000,14 euros) e a demonstração dos resultados por naturezas, relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de REDE-Corretores de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2022, de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtivemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas

significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Lousada, 31 de Março de 2023

Sílvia Maria Marques Soares

(Sílvia Maria Marques Soares ROC n.º 1889)

11 Relatório e Parecer do Fiscal Único

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Att: Administração
REDE – CORRETORES DE SEGUROS, S.A.

Exmos(as) Senhores(as),

Os meus melhores cumprimentos.

Procedi à revisão legal das contas da REDE - Corretores de Seguros, S.A., relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em resultado do exame efectuado emiti a respectiva certificação legal das contas com data de 31 de Março de 2023.

1. O meu trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

    1.1 Reuniões com a administração e outros responsáveis e leitura das actas respectivas, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerei necessários;
    1.2 Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adotadas pela **REDE - Corretores de Seguros, S.A.** e que se encontram divulgadas no Anexo;
    1.3 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
        a. Análise do sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de prestação de serviços, contas com seguradoras, clientes, ativos fixos e gastos com pessoal, tendo sido efectuados os testes de controlo apropriados;

b. Realização de testes substantivos, que considerei adequados, em função da materialidade dos valores envolvidos, nomeadamente:

a) Inspeção física dos principais elementos dos ativos fixos tangíveis, confirmação direta da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;

b) Confirmação direta e por escrito junto de terceiros (clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela **REDE - Corretores de Seguros, S.A.**

d) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela **REDE - Corretores de Seguros, S.A.**

e) Solicitação direta a advogados e outras entidades de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida.

f) Análise das situações justificativas da constituição de imparidades para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

g) Verificação da situação fiscal e da adequada contabilização dos impostos, bem como da situação relativa à Segurança Social;

h) Análise e teste dos vários elementos de gastos, rendimentos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo;

i) Apreciação da política de seguros dos ativos fixos e do pessoal, incluindo a atualização dos capitais seguros;

1.4 Verifiquei o cumprimento da legislação em vigor a nível de politicas contabilísticas, assim como cumprimento de Estatutos;

1.5 Apreciei o Relatório de Gestão, o qual está em conformidade com os requisitos legais e mais recentes recomendações de auditoria;

PARECER

É meu parecer que estão reunidas as condições para aprovação dos Relatórios emitidos pela Administração da REDE - Corretores de Seguros, S.A., relativos ás contas do ano de 2022.

Lousada, 31de Março de 2023

Silvia Maria Marques Soares

(Sílvia Maria Marques Soares ROC n.º 1889)